

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT08.001

# OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA

Telma Lustosa Silva Santana<sup>1</sup>

## RESUMO

O processo de alfabetização na infância constitui uma das etapas mais relevantes da formação humana, pois envolve não apenas a aquisição da leitura e da escrita, mas também a compreensão do mundo por meio da linguagem. O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de alfabetização infantil e destacar a importância da formação docente na superação desses desafios. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter bibliográfico e exploratório, fundamentado em autores como Freire (1996), Soares (2004) e Ferreira (1999), que discutem a alfabetização sob uma perspectiva crítica e construtivista. Os resultados apontam que as dificuldades mais recorrentes estão relacionadas à falta de formação continuada, às condições de trabalho e à ausência de recursos pedagógicos adequados. A análise evidencia que a formação docente é essencial para a construção de práticas pedagógicas significativas, capazes de promover o desenvolvimento pleno das crianças no processo de alfabetização.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Leitura; Escrita; Formação de Professores; Práticas Pedagógicas.

1 Telma Lustosa Silva Santana Doutoranda em Ciências da Educação. Instituição: Universidad Autónoma de Asunción (UAA). Endereço: Jejuí 667, entre O'leary y 15 de Agosto, Asunción, Paraguay. E-mail: [telmalustosa2015@gmail.com](mailto:telmalustosa2015@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui uma das etapas mais complexas e decisivas da formação humana, pois representa o momento em que a criança descobre a linguagem escrita como meio de expressão, comunicação e leitura do mundo. Mais do que o domínio técnico do código alfabético, alfabetizar significa introduzir o sujeito no universo simbólico e cultural da palavra, tornando-o capaz de compreender e interagir criticamente com a realidade. Nessa perspectiva, o processo de alfabetização ultrapassa a dimensão escolar e assume um papel fundamental na construção da cidadania e no desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

No contexto contemporâneo, a alfabetização infantil tem sido marcada por grandes desafios pedagógicos e estruturais. As transformações sociais, as novas formas de comunicação, a diversidade cultural e as mudanças nas políticas educacionais exigem que a escola repense suas práticas e ressignifique seus métodos de ensino. Conforme observa Soares (2004, p. 13), “alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, mas é também ensinar a compreender e a produzir sentidos por meio da linguagem”. Essa concepção amplia o papel da alfabetização, compreendendo-a como processo de inserção cultural e intelectual, e não apenas como aquisição de habilidades mecânicas.

De acordo com Freire (1996), a alfabetização deve ser concebida como um ato de liberdade, em que o educando deixa de ser mero receptor para tornar-se sujeito da própria aprendizagem. O autor defende uma alfabetização que parta da realidade do aluno e de sua cultura, em um processo dialógico e significativo. Nesse sentido, alfabetizar não é apenas decodificar palavras, mas ler o mundo para transformá-lo, compreendendo o texto em seu contexto. Essa perspectiva freireana continua sendo fundamental nas reflexões sobre a prática pedagógica contemporânea, especialmente diante dos desafios da escola pública brasileira.

Entre esses desafios, destaca-se a necessidade de redefinir o papel do professor alfabetizador. O docente é mediador, pesquisador e criador

de estratégias que possibilitam à criança construir o sistema de escrita alfabética de forma ativa e reflexiva. No entanto, como revelam diversos estudos, muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à formação inicial e à ausência de formação continuada que articule teoria e prática. Moraes (2012) enfatiza que ensinar a ler e escrever implica compreender o funcionamento do sistema alfabético e fonológico da língua, além de conhecer os princípios psicogênicos da aprendizagem infantil.

Nesse contexto, a contribuição de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999) é essencial, pois suas pesquisas demonstraram que a criança não aprende a ler e escrever de forma passiva. Ao contrário, ela elabora hipóteses sobre o funcionamento da escrita, interpretando, testando e reconstruindo seu conhecimento a partir das interações com o meio. Essa visão construtivista revolucionou a alfabetização, deslocando o foco do ensino para a aprendizagem e valorizando os processos cognitivos da criança. O professor, nesse cenário, deve atuar como provocador de situações desafiadoras, que estimulem o raciocínio e a reflexão sobre a linguagem.

Entretanto, a realidade escolar brasileira ainda está distante desse ideal. Muitos professores alfabetizadores enfrentam condições precárias de trabalho, turmas numerosas, escassez de materiais didáticos e falta de acompanhamento pedagógico. Essas dificuldades interferem diretamente na qualidade do processo de alfabetização, comprometendo o desenvolvimento da leitura e da escrita. A ausência de políticas públicas consistentes de valorização e formação docente agrava ainda mais esse cenário. Como destaca Kleiman (1995, p. 22), “a leitura e a escrita são práticas sociais que exigem sujeitos leitores e escritores competentes; formar esses sujeitos requer tempo, investimento e compromisso político com a educação”.

Outro ponto relevante é o reconhecimento de que a alfabetização não ocorre isoladamente, mas em articulação com o letramento, entendido como a capacidade de usar a leitura e a escrita em práticas sociais significativas. Soares (2004) propõe que alfabetização e letramento devem

caminhar juntos, uma vez que aprender o código sem compreender sua função social leva a um aprendizado mecânico e descontextualizado. Assim, alfabetizar letrando é garantir que a criança aprenda a ler e escrever com sentido, prazer e funcionalidade, integrando o aprendizado escolar às experiências de sua vida cotidiana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça essa perspectiva ao afirmar que o processo de alfabetização deve ocorrer de forma integrada e interdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas e socioemocionais. O documento propõe que, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, os estudantes sejam capazes de ler e compreender textos adequados à sua faixa etária, escrever com coerência e coesão, e usar a linguagem para se expressar e interagir com os outros. Contudo, tais metas só se tornam alcançáveis se houver condições efetivas de trabalho docente e políticas de formação continuada coerentes com as realidades das escolas.

Nesse sentido, Solé (1998) contribui ao afirmar que o ensino da leitura deve estar vinculado à construção de estratégias cognitivas, como antecipação, inferência, verificação e autocorreção, que permitam ao leitor compreender ativamente o texto. Essas estratégias devem ser desenvolvidas desde os primeiros contatos com a linguagem escrita, em práticas pedagógicas que despertem o gosto pela leitura e o prazer de descobrir o sentido das palavras. A alfabetização, portanto, deve ser vivida como experiência estética e afetiva, e não como imposição mecânica.

Além das dimensões cognitivas e pedagógicas, é necessário considerar a dimensão emocional do processo de alfabetização. A criança aprende quando se sente acolhida, valorizada e confiante em suas possibilidades. Nesse aspecto, o ambiente escolar precisa ser um espaço de segurança e estímulo à curiosidade. Vygotsky (1998) destaca que o aprendizado é um processo social mediado, em que o outro desempenha papel essencial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. O professor, ao interagir com a criança em sua zona de desenvolvimento proximal, torna-

-se o elo entre o conhecimento que ela já possui e o novo saber que está em construção.

Portanto, compreender a alfabetização na infância requer olhar para a criança em sua totalidade – cognitiva, emocional, cultural e social –, reconhecendo-a como sujeito ativo de sua própria aprendizagem. A alfabetização é mais do que ensinar a ler e a escrever: é formar leitores e escritores críticos, sensíveis e criativos, capazes de dialogar com o mundo e transformá-lo pela palavra.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização infantil e refletir sobre as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento da leitura e da escrita. Busca-se compreender como a formação docente, as condições de trabalho e o acesso a recursos pedagógicos influenciam na qualidade da alfabetização.

Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e exploratória, que se fundamenta em autores clássicos e contemporâneos da área da alfabetização. As reflexões aqui apresentadas pretendem contribuir para o debate sobre o papel do professor e das políticas educacionais na construção de uma prática pedagógica mais crítica, humanizada e eficaz, que garanta às crianças o direito de aprender com sentido e dignidade.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, voltada à reflexão sobre os desafios do processo de alfabetização na infância e suas implicações para as práticas pedagógicas e o desenvolvimento da leitura e da escrita. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno educacional em sua complexidade, reconhecendo-o como uma construção histórica, social e cultural, permeada por múltiplas dimensões.

De acordo com Gil (2019, p. 42), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, como livros, artigos científicos

e documentos, permitindo ao pesquisador uma análise ampla sobre determinado tema. No campo da educação, esse tipo de estudo é particularmente relevante, pois possibilita reunir e interpretar contribuições teóricas que fundamentam a prática docente e orientam políticas públicas.

A abordagem qualitativa, por sua vez, busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições aos processos que vivenciam. Minayo (2017, p. 23) destaca que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações e dos processos”. Assim, a alfabetização é aqui entendida não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um fenômeno humano e social, que envolve dimensões afetivas, cognitivas, políticas e culturais.

A pesquisa assume também um caráter exploratório, na medida em que se propõe a levantar informações e refletir criticamente sobre um tema em constante atualização: a alfabetização na infância e os desafios que permeiam a atuação docente. Como explica Lüdke e André (2015, p. 18), o estudo exploratório tem a função de oferecer “maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito”, contribuindo para o aprofundamento teórico e o delineamento de novos caminhos investigativos.

## 2.1 Delimitação e Fontes da Pesquisa

A investigação foi desenvolvida a partir da leitura e análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem a alfabetização e o letramento, incluindo autores como Paulo Freire (1996), Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), Magda Soares (2004),

Vygotsky (1998), Morais (2012), Solé (1998) e Kleiman (1995). Além disso, foram consultados documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), e pesquisas acadêmicas recentes disponíveis em bases de dados científicas, como Google Scholar, SciELO, CAPES Periódicos e ERIC.

Os descritores utilizados nas buscas incluíram termos como alfabetização na infância, formação docente, leitura e escrita, práticas pedagógicas na alfabetização, construtivismo e letramento, entre outros. Foram selecionadas obras publicadas entre 1990 e 2024, garantindo a presença de fundamentos clássicos e de perspectivas atuais sobre o tema.

**Essa ampla revisão permitiu identificar três eixos temáticos recorrentes:**

- O papel do professor e sua formação na alfabetização infantil;
- As metodologias e estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento da leitura e escrita;
- Os desafios estruturais, políticos e sociais que impactam o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras.

Esses eixos orientaram a organização e a análise dos dados teóricos, permitindo a construção de um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade educacional.

## 2.2 Procedimentos de Análise

A análise dos dados teóricos foi realizada à luz do método de análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2016), que compreende três etapas fundamentais:

- a. Pré-análise, envolvendo a leitura exploratória e a organização do material coletado;
- b. Exploração do material, com o agrupamento de trechos, ideias e categorias temáticas;
- c. Tratamento dos resultados e interpretação, fase em que os dados foram confrontados com o referencial teórico e com as problemáticas da alfabetização contemporânea.

Essa metodologia foi escolhida por permitir o diálogo entre teoria e prática, possibilitando que o texto acadêmico ultrapassasse a simples descrição e se constituísse como um exercício interpretativo e crítico. Como observa Demo (2018, p. 34), “pesquisar é problematizar; é duvidar do óbvio e reconstruir o conhecimento a partir de novas leituras da realidade”.

Durante o processo analítico, buscou-se identificar as principais convergências e divergências entre os autores, bem como as lacunas existentes nas políticas e práticas de alfabetização. O objetivo foi compreender de que modo as teorias educacionais dialogam com as condições concretas do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita no contexto brasileiro.

### 2.3 Limitações da Pesquisa e Aspectos Éticos

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e teórica, o estudo não abrange observações empíricas diretas em sala de aula, o que constitui uma limitação natural deste tipo de abordagem. Contudo, a profundidade teórica e a amplitude das fontes consultadas conferem consistência às análises realizadas, permitindo levantar hipóteses e propor reflexões relevantes para futuras investigações de campo.

Em termos éticos, a pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios de integridade científica e respeito à autoria, citando corretamente todas as fontes utilizadas. Além disso, adotou-se o compromisso de interpretar os dados de maneira honesta e contextualizada, evitando generalizações indevidas e reconhecendo a diversidade de realidades presentes no sistema educacional brasileiro.

Como reforça Minayo (2017, p. 112), a ética na pesquisa qualitativa “é um compromisso com a verdade e com o respeito às múltiplas vozes que compõem o fenômeno investigado”. Assim, o presente trabalho busca valorizar as experiências e desafios dos professores alfabetizadores, sem desconsiderar os condicionantes sociais, políticos e econômicos que atravessam a prática pedagógica.

Em síntese, a metodologia adotada mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, ao possibilitar uma análise crítica e integrada sobre os desafios da alfabetização na infância, relacionando os fundamentos teóricos com as condições reais de ensino nas escolas brasileiras. Essa base metodológica sustenta a discussão que será desenvolvida na próxima seção, na qual são apresentados e analisados os resultados da investigação teórica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras e pesquisas consultadas permitiu identificar que os desafios da alfabetização na infância estão diretamente relacionados às condições de trabalho docente, à formação profissional, às metodologias de ensino e à compreensão da alfabetização como um processo social e cultural, e não apenas linguístico. A alfabetização é uma construção que envolve o pensamento, a linguagem, as relações sociais e as experiências de vida da criança. Por isso, qualquer reflexão sobre esse tema precisa considerar tanto as dimensões pedagógicas quanto as estruturais que compõem o contexto escolar.

Os resultados apontam que as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores alfabetizadores estão ligadas à falta de formação continuada, à escassez de recursos pedagógicos adequados, à ausência de acompanhamento sistemático das aprendizagens e às condições precárias das escolas públicas brasileiras, sobretudo nas regiões mais vulneráveis socialmente. Essa realidade reforça a importância de políticas públicas que promovam não apenas o acesso à escola, mas a garantia da qualidade da alfabetização, assegurando às crianças o direito de aprender com dignidade e sentido.

### 3.1 A formação docente e o papel do professor alfabetizador

Um dos eixos centrais observados é a formação docente. O professor alfabetizador ocupa um papel fundamental no desenvolvimento da leitura

e da escrita, pois é ele quem cria as condições para que a criança construa hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita e desenvolva competências linguísticas e cognitivas. Entretanto, as análises revelam que muitos professores ainda carecem de formação teórica consistente, o que os leva a reproduzir práticas tradicionais, centradas na memorização e na cópia, pouco significativas para os alunos.

Freire (1996) enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção”. Essa concepção exige que o professor seja um mediador reflexivo, capaz de observar, escutar e intervir de forma intencional, considerando o conhecimento prévio e as hipóteses das crianças sobre a escrita. A alfabetização, nessa perspectiva, é um processo de diálogo entre o sujeito e o mundo, no qual o professor atua como facilitador do aprendizado.

Ferreiro e Teberosky (1999) contribuíram de maneira decisiva para essa compreensão, ao demonstrarem que as crianças elaboram hipóteses sobre a escrita antes mesmo de dominar o código alfabético. Essa descoberta alterou radicalmente a prática pedagógica, deslocando o foco do ensino mecânico das letras para a reflexão sobre o sistema de escrita. O papel do professor passou, então, a ser o de organizar situações didáticas que desafiem o pensamento infantil, estimulando a análise e a formulação de hipóteses.

No entanto, para que o professor exerça esse papel, é imprescindível que ele possua formação teórica e didática sólida, baseada em concepções construtivistas e socioculturais da aprendizagem. Morais (2012) reforça que a alfabetização requer conhecimento sobre os princípios do sistema alfabético, consciência fonológica e compreensão da relação entre sons e letras, sem reduzir o processo à simples decodificação. Assim, a qualidade da alfabetização depende diretamente da competência profissional e da autonomia docente.

Apesar de sua relevância, a formação docente no Brasil ainda enfrenta lacunas significativas. Muitos cursos de licenciatura não aprofundam as discussões sobre alfabetização e letramento, tratando o tema de forma

superficial. A ausência de programas de formação continuada efetivos e de acompanhamento pedagógico sistemático agrava o problema. Soares (2004) destaca que “não basta ensinar a ler e escrever; é preciso ensinar o aluno a usar a leitura e a escrita como instrumentos de ação social”. Logo, o professor precisa compreender o letramento como parte indissociável do processo de alfabetização.

### 3.2 Práticas pedagógicas e o desenvolvimento da leitura e escrita

O segundo eixo de análise refere-se às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A literatura consultada mostra que ainda predominam métodos tradicionais de ensino, centrados na repetição, na cópia e na memorização de sílabas, o que dificulta o desenvolvimento da compreensão e da autoria na escrita.

Essas práticas desconsideram as hipóteses das crianças e o potencial criativo presente em suas produções textuais.

A abordagem construtivista proposta por Ferreiro e Teberosky (1999) e reforçada por Vygotsky (1998) sugere que o ensino da leitura e da escrita deve ser mediado por atividades significativas e contextualizadas. O aprendizado ocorre pela interação social e pelo uso da linguagem em situações reais de comunicação. Dessa forma, alfabetizar implica ensinar a pensar sobre a escrita e com a escrita, ampliando a capacidade de interpretar, produzir e transformar o mundo por meio das palavras.

Solé (1998) destaca a importância de ensinar estratégias cognitivas de leitura, como antecipação, inferência e verificação, que ajudam o aluno a compreender e a monitorar o sentido do texto. Essas estratégias podem ser estimuladas por meio de práticas como rodas de leitura, reconto de histórias, leitura compartilhada e produção coletiva de textos.

Tais atividades, além de desenvolverem habilidades linguísticas, fortalecem vínculos afetivos e o gosto pela leitura, aspectos essenciais para a alfabetização plena.

Outro ponto essencial é a articulação entre alfabetização e letramento, conceito amplamente difundido por Soares (2004). Alfabetizar letrando significa garantir que o aprendizado da leitura e da escrita esteja associado a práticas sociais de uso da língua. Assim, ao escrever bilhetes, listas, convites ou pequenas narrativas, a criança compreende o propósito comunicativo da escrita e internaliza suas regras de funcionamento. Esse tipo de prática confere sentido à aprendizagem, tornando-a mais significativa e prazerosa.

Além disso, os estudos analisados indicam que o sucesso da alfabetização depende de uma organização pedagógica coerente, que contemple planejamento, acompanhamento individualizado e avaliação formativa. Kleiman (1995) salienta que o processo de aprender a ler e escrever envolve o desenvolvimento de competências discursivas e socio-culturais, e não apenas linguísticas. Por isso, o professor deve assumir uma postura investigativa, observando constantemente as produções das crianças e utilizando-as como ponto de partida para novas intervenções pedagógicas.

### 3.3 Desigualdades, políticas públicas e condições de trabalho

Os desafios da alfabetização na infância também estão relacionados às condições de trabalho e à estrutura das escolas. Em muitas instituições públicas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, os professores atuam em turmas numerosas, com escassez de materiais didáticos, falta de apoio técnico e infraestrutura inadequada.

Essa realidade compromete a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e o acompanhamento individualizado dos alunos.

A BNCC (2018) estabelece que o processo de alfabetização deve garantir o direito das crianças de aprender a ler e escrever até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. No entanto, alcançar essa meta requer investimentos concretos em políticas educacionais, formação docente e valorização do trabalho pedagógico. Como afirma Freire (1996, p. 36),

“a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”. Assim, o compromisso com a alfabetização não pode ser apenas técnico, mas também ético e político, exigindo responsabilidade coletiva e vontade de transformação social.

As políticas públicas, embora avancem em alguns aspectos, ainda se mostram insuficientes. Programas como o PNA – Política Nacional de Alfabetização (MEC, 2019) e o Programa Tempo de Aprender foram criados com o objetivo de fortalecer a alfabetização, mas enfrentam dificuldades de implementação, sobretudo pela descontinuidade administrativa e pela ausência de acompanhamento efetivo. A falta de diálogo entre teoria e prática e a ausência de políticas de longo prazo fazem com que os resultados permaneçam aquém do esperado.

Outro aspecto crítico é a valorização do professor alfabetizador. As condições salariais, a sobrecarga de trabalho e a escassez de formação continuada tornam a tarefa da alfabetização cada vez mais árdua. Para Luckesi (2014), educar é um ato político e ético, e o professor precisa de condições dignas para exercer sua função mediadora e transformadora. Sem valorização, não há motivação nem tempo para o planejamento de práticas reflexivas e criativas.

Por fim, é preciso reconhecer que a alfabetização na infância não se limita à escola. A participação da família e da comunidade é indispensável para consolidar o aprendizado da leitura e da escrita. Vygotsky (1998) afirma que a aprendizagem é mediada pela cultura, e o ambiente social da criança exerce papel determinante em seu desenvolvimento. Portanto, o diálogo entre escola, família e sociedade é condição essencial para o sucesso do processo de alfabetização.

Em síntese, os resultados e discussões aqui apresentados demonstram que os desafios da alfabetização na infância são múltiplos e interdependentes. Superá-los requer compromisso político, formação docente sólida, práticas pedagógicas inovadoras e ambientes de aprendizagem que respeitem a diversidade das crianças. Alfabetizar é, acima de tudo,

um ato de humanização e esperança, como nos ensinou Paulo Freire: um gesto de fé no poder transformador da palavra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização na infância é, sem dúvida, um dos maiores desafios e também uma das tarefas mais nobres da educação básica. Trata-se de um processo que ultrapassa a mera aquisição do código escrito, configurando-se como uma experiência de inserção cultural, cognitiva e afetiva que possibilita à criança compreender o mundo e expressar-se por meio da linguagem. Alfabetizar é, portanto, um ato de libertação e de construção de sentidos, no qual se forma não apenas o leitor e o escritor, mas também o cidadão crítico e participativo.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que os principais desafios enfrentados pelos professores alfabetizadores decorrem da falta de formação continuada consistente, das condições precárias de trabalho e da carência de materiais pedagógicos que estimulem práticas significativas de leitura e escrita. Soma-se a isso a insuficiência de políticas públicas permanentes voltadas à valorização docente e ao fortalecimento das escolas públicas. Essa realidade, infelizmente, ainda distancia a educação brasileira do ideal proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que defende o direito de toda criança a aprender a ler e a escrever com compreensão e sentido.

Apesar dessas dificuldades, o estudo aponta que há caminhos possíveis e esperançadores. O primeiro deles é investir em formação docente crítica e reflexiva, que articule teoria e prática, permitindo ao professor compreender a alfabetização como um fenômeno multidimensional. Essa formação deve ir além do domínio de métodos, incorporando fundamentos psicológicos, linguísticos e socioculturais que permitam ao educador atuar com sensibilidade e competência diante das diferentes realidades de aprendizagem.

Como afirma Freire (1996, p. 68), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Essa ideia reafirma a importância de uma alfabetização dialógica e humanizadora, em que o professor e o aluno constroem juntos o conhecimento, mediando a leitura de palavras e do mundo.

Da mesma forma, Ferreiro e Teberosky (1999) lembram que a criança é um sujeito ativo no processo de alfabetização, elaborando hipóteses e construindo seu próprio entendimento sobre a escrita. Cabe ao professor criar condições para que essa construção aconteça de forma significativa, respeitando o ritmo e o modo de pensar de cada aprendiz.

Outro ponto relevante é o reconhecimento da leitura e da escrita como práticas sociais. Alfabetizar implica letrar, ou seja, formar sujeitos capazes de usar a linguagem escrita nas diferentes situações da vida. É papel da escola garantir que as crianças tenham acesso a textos diversos – literários, informativos, poéticos, jornalísticos – e que aprendam a relacionar a leitura com o prazer, a curiosidade e a imaginação.

Soares (2004) reforça que o sucesso da alfabetização está em ensinar a ler e escrever para viver no mundo, e não apenas para responder às exigências da escola.

Superar os desafios da alfabetização na infância exige também repensar as políticas educacionais, assegurando condições estruturais adequadas, tempo para o planejamento pedagógico, apoio psicopedagógico e valorização salarial dos professores. O compromisso com a alfabetização não deve ser individual, mas coletivo e político, envolvendo gestores, famílias e comunidade.

Como defende Luckesi (2014), educar é um ato ético e político, porque implica compromisso com o ser humano e com a sociedade que se deseja construir. Assim, alfabetizar é também um gesto de resistência diante das desigualdades sociais e das exclusões históricas.

Por fim, conclui-se que alfabetizar é humanizar. É permitir que a criança descubra na linguagem o caminho da autonomia, da criatividade e da esperança. A alfabetização na infância deve ser vivida como um

processo prazeroso e libertador, que desperte o desejo de aprender e o encantamento pelas palavras.

Ao reconhecer o papel transformador da leitura e da escrita, reafirma-se a necessidade de uma escola que ensine com afeto, escuta e compromisso, construindo, a cada dia, o direito inalienável de toda criança de ser leitora, autora e sonhadora do próprio futuro.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2018.

BRANDÃO, Z. Aprendendo com a diferença: alfabetização e diversidade cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2009.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. A criança pequena e o direito à educação: políticas, pesquisas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

DEMO, P. Educação e tecnologias: o desafio de aprender. Campinas: Papyrus, 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEAL, T. F.; BRANDÃO, A. C. P. Alfabetização e letramento na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2015.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MORAIS, A. G. Consciência fonológica na alfabetização. São Paulo: Autêntica, 2012.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2002.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, L. Leitura, escrita e práticas de letramento na escola pública. São Paulo: Parábola, 2015.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 5-17, 2004.

SOARES, M. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

STREET, B. Literacy in theory and practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

TFOUNI, L. V. Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 2010.

UNESCO. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos. Paris: UNESCO, 2020.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.